CEIPC – inform@

Novembro de 2026 | Newsletter | Edição n.º 140

# MÁRIO MACEDO ASSUME A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DIRETIVO DO CEIPC



Por motivos de natureza profissional, Isabel Abreu dos Santos apresentou a sua renúncia ao cargo de presidente do Conselho Diretivo do CEIPC, para o qual havia sido empossada em 13 de dezembro de 2025, juntamente com os restantes membros dos órgãos sociais eleitos para o triénio 2026-2028.

Na sequência desta alteração, a presidência do Conselho Diretivo passou a ser exercida pelo primeiro vice-presidente, Mário José de Magalhães Macedo. Por sua vez, o lugar de vice-presidente, entretanto vago, passou a ser ocupado pelo suplente António José Dionísio Varela.

Os dois serão empossados durante o jantar-debate, a realizar no próximo dia 26 de novembro de 2026, no Clube Militar Naval. A iniciativa contará com a participação dos almirantes António Silva Ribeiro e Henrique Gouveia e Melo, que abordarão o tema «Face aos novos desafios geopolíticos: Proteção Civil ou Defesa Civil?».

Mário Macedo é engenheiro maquinista naval e engenheiro de segurança, possuindo especializações nas áreas da liderança, HAZOP, gestão de emergências (NFPA 1600), segurança contra incêndios e análise de riscos naturais e tecnológicos.

Na qualidade de consultor sénior na área da análise do risco industrial, tem liderado diversos estudos de avaliação de riscos e a elaboração de planos de emergência para indústrias de elevado risco, nomeadamente dos setores químico e petroquímico, incluindo instalações abrangidas pela Diretiva Seveso.

Serviu na Marinha, tendo passado à reforma com o posto de capitão de fragata. No exercício das suas funções militares, esteve destacado na Escola NATO, na Alemanha.

Como professor especialista convidado, exerceu funções docentes no ISCIA, em Aveiro, e no ISEC-Lisboa.

Foi um dos sócios fundadores do CEIPC, tendo desempenhado funções de direção nesta associação desde a sua criação, em 2010.

Coordenador Editorial: Duarte Caldeira Editora: Gabriela Mata

# DESTAQUE

## NESTA EDIÇÃO

PARQUES DE CAMPISMO, QUANDO A PREVENÇÃO NÃO PODE FICAR AO ACASO

página 3 a 6

«(IM)PREVISÍVEL E (IN)EVITÁVEL: O RISCO "REAL" DA CATÁSTROFE» A RELEVÂNCIA DA CAPACITAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA

página 7 a 9

CHEIAS: O VERDADEIRO RISCO COMEÇA QUANDO OS SISTEMAS FALHAM

página 10 a 12

CARTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (COS) 2025: MAIS INFORMAÇÃO PARA CONHECER O TERRITÓRIO

página 13 e 14

## FICHA TÉCNICA

**Título: CEIPC - *inform@***

**Edição: Centro de Estudos e Intervenção em Protecção Civil**

**Periodicidade: Mensal**
**Número:140**
**Mês: Novembro**
**Ano: 2026**

**E-mail: ceipcnewsletter@gmail.com**

## FACE AOS NOVOS DESAFIOS GEOPOLÍTICOS PROTEÇÃO CIVIL OU DEFESA CIVIL?

Portugal enfrenta uma realidade marcada por desafios geoestratégicos cada vez mais complexos e dinâmicos, que exigem respostas eficazes e adaptadas às novas ameaças. A crescente vulnerabilidade face a riscos naturais, tecnológicos e humanos coloca em evidência a necessidade de refletirmos sobre o papel da Proteção Civil e da Defesa Civil no nosso país.

No próximo dia 26 de novembro o CEIPC organiza um Jantar-Debate, no Clube Militar Naval, tendo por foco o referido tema. Serão oradores os Almirantes António Silva Ribeiro e Henrique Gouveia e Melo.

Este debate pretende discutir qual das duas abordagens – Proteção Civil, focada sobretudo na prevenção e resposta a catástrofes civis, ou Defesa Civil, com uma orientação mais ampla e integrada à segurança nacional – é a mais adequada para garantir a segurança e o bem-estar da população portuguesa perante estes novos desafios.



TEMA

# PARQUES DE CAMPISMO, QUANDO A PREVENÇÃO NÃO PODE FICAR AO ACASO

**Luís Santos**
Ex-Diretor de Serviços Principal do Clube de Campismo de Lisboa

**A segurança contra incêndios em parques de campismo exige mais do que prudência individual: requer regras adequadas, fiscalização efetiva e uma cultura de responsabilidade partilhada.**

O campismo nasceu associado à liberdade, à mobilidade e ao contacto direto com a natureza. Durante décadas, uma tenda leve, alguns utensílios e o respeito pelo lugar e pelo outro eram suficientes para concretizar essa filosofia. Porém, os parques de campismo de hoje pouco têm que ver com os acampamentos temporários do passado.

A permanência prolongou-se, os equipamentos tornaram-se maiores e mais complexos e, em muitos casos, os espaços de campismo aproximaram-se de verdadeiros aglomerados habitacionais sazonais. A segurança, contudo, nem sempre acompanhou esta transformação.

Sempre que ocorre um incêndio num parque de campismo, a primeira reação é frequentemente apontar o dedo ao campista: terá utilizado mal um fogão, terá deixado um grelhador sem vigilância ou terá alterado uma instalação elétrica ou de gás. Naturalmente, a negligência individual existe e deve ser combatida.

Mas reduzir o problema ao comportamento do utilizador é uma explicação cómoda e




incompleta. O risco resulta também das características dos materiais, da concentração dos equipamentos, da inadequação de algumas instalações, da ausência de inspeções periódicas, das lacunas da regulamentação e dos impactes resultantes das alterações climáticas.

A responsabilidade é, por isso, necessariamente partilhada.

## Uma realidade que mudou mais depressa do que as regras

Em Portugal, a criação dos primeiros parques de campismo permitiu organizar uma atividade até então praticada sobretudo em espaços naturais. Na década de setenta do século passado, com a democratização do acesso às férias e também com a melhoria das condições de vida dos portugueses, levou-se, entre outras medidas, à construção de uma rede nacional de parques de campismo para acolher os praticantes da atividade campista, que passou a ser regulada por legislação

própria, a qual impôs que esta atividade só pudesse ser praticada em recintos para tal criados.

Essa imposição, que trouxe benefícios evidentes, obrigou, contudo, a uma maior concentração de pessoas e equipamentos em espaços limitados, aumentando o risco.

Ao mesmo tempo, a estadia deixou de ser necessariamente breve. Tendas e atrelados-tenda passaram a coexistir com caravanas, autocaravanas, bungalows, residenciais e mobil homes, estes últimos dificilmente amovíveis, bem como cozinhas, coberturas de proteção climática, avançados e revestimentos do solo.

Aos equipamentos de abrigo somaram-se frigoríficos, fogões com fornos, aparelhos de aquecimento e ventilação, mobiliário, revestimentos e instalações elétricas e de gás, muitas vezes improvisadas ou alteradas sem o adequado rigor técnico, aumentando o conforto, mas também a carga de incêndio e dificultando a evacuação de campistas ou a extinção do incêndio.

Esta mudança deveria ter sido acompanhada por normas específicas para as diferentes tipologias de alojamento. Não faz sentido aplicar, de forma uniforme, a mesma distância mínima de segurança a uma pequena tenda, a uma caravana com avançado, a uma residencial ou a um bungalow de madeira. A massa, a volumetria, os materiais de fabrico, as fontes de energia, o tempo previsível de ignição e combustão, a temperatura de combustão, a resistência e a reação ao fogo são distintos. Tratar equipamentos diferentes como se apresentassem o mesmo risco é criar uma ilusão de segurança.

**A ação do fogo em materiais vulneráveis**

A fragilidade dos materiais é uma das questões mais preocupantes. Têxteis, plásticos, acrílicos, poliésteres e materiais de isolamento podem derreter, deformar ou inflamar a temperaturas relativamente baixas. Alguns libertam fumos e partículas tóxicas e permitem uma propagação muito rápida.

Por outro lado, o gás butano ou propano continua a ser amplamente utilizado na confeção de alimentos, no aquecimento e noutros equipamentos. Quando um recipiente de GPL é exposto ao fogo, o risco deixa de se limitar ao ponto de ignição, podendo ocorrer uma explosão ou a projeção do recipiente a grandes distâncias, colocando em perigo campistas e equipas de socorro, bem como favorecer a propagação do fogo a outros locais.

Nas unidades de alojamento campista, sobretudo em equipamentos mais antigos, encontram-se, por vezes, canalizações, acessórios, cabos e quadros elétricos que não cumprem as normas atualmente aplicáveis, aumentando exponencialmente o risco.

No caso das tendas, devido à utilização, no seu fabrico, de materiais de elevada inflamabilidade a baixas temperaturas, a legislação atual limita a utilização de energia elétrica nos espaços interiores. No entanto, esta condicionante deveria ser alargada à utilização de GPL e dos respetivos aparelhos, mitigando, assim, esta fonte de risco.

É difícil compreender que se exijam certificações e verificações às infraestruturas gerais dos parques de campismo, mas se aceite que as unidades de alojamento campista neles instaladas funcionem durante

anos sem uma inspeção equivalente, por parte dos gestores ou das entidades com poder inspetivo.

A certificação dos materiais também não pode continuar numa zona cinzenta. Os fabricantes e importadores devem demonstrar que a reação e a resistência ao fogo dos equipamentos colocados no mercado cumprem o previsto no Eurocódigo do fogo para materiais de construção.

As unidades de alojamento campista importadas, muitas vezes em más condições de manutenção e conservação, percorrem centenas de quilómetros, sendo sujeitas a vibrações e deformações que colocam em risco a sua qualidade e segurança. A conformidade inicial não dispensa a verificação posterior, sobretudo quando estão em causa sistemas de gás e eletricidade.

**Nem todos os incêndios começam no interior de parques de campismo**

Há ainda uma realidade que não pode ser ignorada. Muitos parques situam-se em zonas rurais ou florestais. As alterações climáticas, as vagas de calor, a precipitação, o vento forte, o deslizamento de massas de vertente, as inundações e galgamentos, bem como o desordenamento do território, o abandono dos terrenos e a deficiente gestão de combustíveis potenciam os riscos. Nos últimos anos, vários parques, em Portugal e noutros países europeus, tiveram de ser evacuados devido a fogos na sua envolvente.

As faixas de gestão de combustível são essenciais, mas a sua execução esbarra frequentemente na fragmentação da propriedade, no cadastro incompleto ou nas limitações associadas a áreas protegidas e espécies arbóreas classificadas, ou mesmo no seu custo operacional, muitas vezes sem retorno.

Não é razoável transferir toda a responsabilidade para os gestores dos parques de campismo quando estes não têm poder nem recursos para intervir nos terrenos vizinhos. As autarquias, os proprietários, as entidades ambientais e a proteção civil devem atuar de forma coordenada, antes do início da época crítica.

**Da reação à prevenção**

Uma política séria de segurança deve começar por reconhecer que a prevenção é mais eficaz do que a resposta à emergência. Todos os campistas devem conhecer os caminhos de evacuação, os pontos de reunião e a localização dos meios de primeira intervenção. Essa informação não deve ficar escondida num regulamento: deve ser explicada, sinalizada e periodicamente recordada, sendo complementada pela realização de simulacros em colaboração com as entidades de proteção civil locais.

Os parques devem assegurar acessos desimpedidos, corredores de segurança, zonas comuns para churrascos e meios de combate a incêndios adequados. As cozinhas e os avançados, por concentrarem fontes de ignição e materiais combustíveis, exigem regras próprias. Detetores térmicos ou de gás, mantas de abafamento, extintores adequados e revestimentos resistentes ao fogo não são luxos: são medidas elementares de proteção.

É igualmente indispensável instituir inspeções periódicas às redes internas de gás e

eletricidade e aos aparelhos que delas dependem, bem como às redes e equipamentos de combate a incêndios, realizadas por técnicos habilitados. Essas verificações devem ocorrer também após alterações relevantes. A fiscalização não deve ter apenas uma função punitiva; deve permitir identificar falhas, orientar correções e criar confiança entre gestores, utilizadores e entidades com poder inspetivo.

**A investigação científica**

A investigação científica tem tido, neste domínio, um papel decisivo. Embora com meios e recursos limitados, os ensaios de queima de tendas e caravanas realizados em Portugal, pela Universidade de Coimbra, constituem um contributo importante, a que se deve dar continuidade. São, no entanto, insuficientes perante a diversidade atual de equipamentos.

Sem dados experimentais, as distâncias de segurança entre materiais e as exigências construtivas continuarão a apoiar-se mais na tradição do que na evidência científica.

Deve ser valorizado e enaltecido o contributo do CEIPC (Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil) na formação de técnicos, na divulgação e na realização de seminários e colóquios sobre os riscos que impendem sobre a prática campista.

**Uma responsabilidade verdadeiramente partilhada**

Defender regras mais exigentes não significa transformar o campismo numa atividade burocrática ou retirar-lhe a liberdade que está na sua génese. Significa reconhecer que essa liberdade só é real se as pessoas usufruírem do espaço com as condições mínimas de segurança. Um parque de campismo onde os acessos estão ocupados, as instalações não são verificadas e os materiais ardem rapidamente não é um espaço livre: é um espaço vulnerável.

A solução, no meu ponto de vista, passa por cinco compromissos:

- O legislador deve atualizar as normas e distinguir as várias tipologias de alojamento.
- Os fabricantes e importadores devem respeitar e cumprir as certificações dos materiais e equipamentos.
- Os gestores dos parques devem fiscalizar, manter as infraestruturas e apostar na formação adequada dos colaboradores.
- Os parques de campismo devem reforçar a sua resiliência face à exposição e à vulnerabilidade aos riscos, independentemente da sua origem.
- Os campistas devem respeitar as regras, evitar alterações improvisadas e adotar comportamentos preventivos e seguros.
- Se um destes elos falhar, todos ficam expostos.

Os incêndios em parques de campismo não são inevitáveis nem podem continuar a ser tratados como episódios isolados. Cada ocorrência é um aviso sobre fragilidades conhecidas. Esperar pelo próximo sinistro para corrigir o que já sabemos ser perigoso seria aceitar que a prevenção continuasse dependente do acaso. E, quando estão em causa vidas humanas, o acaso nunca pode ser uma política de segurança.

ANÁLISE

# «(IM)PREVISÍVEL E (IN)EVITÁVEL: O RISCO "REAL" DA CATÁSTROFE» A RELEVÂNCIA DA CAPACITAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA

**Luís Carvalho**
Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil e Comandante da Polícia Municipal da Amadora




Para assegurar a resiliência de uma comunidade, é fundamental existir uma abordagem de envolvimento, de união, de partilha de informação e de implementação dos diversos níveis do conhecimento, que deve ser assegurada pelo Estado, por todas as entidades público-privadas e pelo cidadão.

A responsabilidade pela redução do risco de catástrofe é uma missão que compete a todos e, por ética e por princípios de humanismo e solidariedade, deve fazer parte do quotidiano, desde a forma como se educam os mais jovens até à forma como planeamos as nossas cidades. Para assegurar a resiliência de uma comunidade, é fundamental existir uma abordagem de envolvimento, de união, de partilha de informação e de implementação dos diversos níveis do conhecimento, que deve ser assegurada pelo Estado, por todas as entidades público-privadas e pelo cidadão. É verdade que o nível de responsabilidade é diferenciado, cabendo ao Estado (Administração Central e Local) o papel de liderança, de forma a promover um alinhamento intersetorial para garantir que as comunidades se estruturem para o imprevisível e para o inevitável, com o apoio de todas as entidades que compõem a sociedade. Apesar da consciência global, a complexidade com que os fenómenos têm atingido as

populações, particularmente neste século, deve remeter-nos para uma discussão, nos diferentes patamares (internacional, nacional e local), em torno daquilo que é a real capacidade de preparação, resposta e recuperação das autoridades e das comunidades. Três certezas temos: a primeira é que estamos mais expostos aos riscos que conhecemos (e aos que ainda não conhecemos!); a segunda é que as entidades e as autoridades estão, de uma forma geral, mais bem preparadas para lidar com o risco e com a catástrofe. É indiscutível, por exemplo, que existe um know-how técnico, científico e operacional para a gestão dos riscos e das catástrofes em Portugal muito superior ao existente no final do século passado. É igualmente indiscutível que existe um esforço notório, ao nível local, para «muscular» a capacidade de antecipação, intervenção e reposição da normalidade, tendo em conta a perigosidade e as vulnerabilidades existentes; a terceira é que, na década de 2000, os cenários preconizados pela Organização das Nações Unidas apontavam para um aumento substancial do impacto das catástrofes nas comunidades, a par do aumento da temperatura média do ar e do oceano, até 2030, o que, de facto, está a acontecer.

Ora, o que nos deve preocupar, neste momento, é que as incertezas suplantam as certezas. O paradigma das catástrofes, em diversos contextos políticos, demográficos, económicos e sociais, e com níveis de investimento diferenciados, evidencia inúmeras fragilidades comuns na comunicação do risco, no socorro e no suporte às populações. Factos: no Japão, apesar de uma cultura de risco exemplar, o tsunami de 2011 provocou perto de 19 mil mortes e gerou prejuízos de 300 mil milhões de euros. A elevação de mais de 50 metros do fundo do mar foi a maior elevação observada num único sismo. Em Pedrógão Grande, em 2017, os incêndios rurais, nos quais morreram 66 pessoas, tiveram por base o desprovimento das faixas de gestão de combustível e de proteção aos aglomerados populacionais, bem como uma severidade meteorológica caracterizada por tempo quente e seco. Mais recentemente, em outubro de 2024, em Valência, choveu 445,4 litros por metro quadrado em 24 horas. Choveu tanto num dia como é normal chover num ano inteiro na região de Valência — a média anual de precipitação na Comunidade Valenciana é de cerca de 500 mm. Dias antes da catástrofe, a Agência Estatal de Meteorologia (AEMET) avisou as autoridades e a população de que havia 70% de probabilidades de ocorrência de chuvas torrenciais. Às 7h30 do dia da catástrofe, emitiu um aviso vermelho para tempo severo. As autoridades regionais só enviaram mensagens de texto à população para que ficasse em casa pouco depois das 20h00. Morreram 224 pessoas.

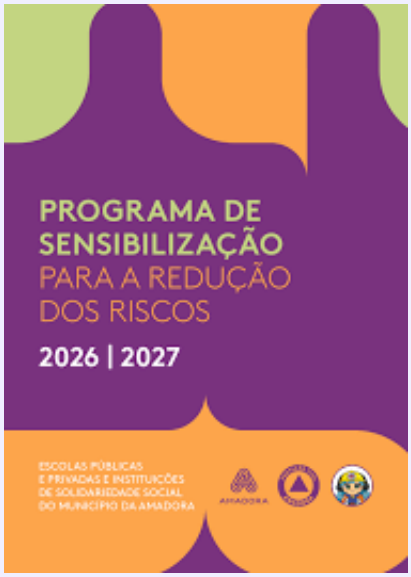
Nestes três exemplos, é notória a urgência de reduzirmos o impacto do imprevisível e do inevitável e de reforçarmos a capacitação da população, para que tenha condições de resistir e de se adaptar à catástrofe. Assumirmos que não existem recursos humanos e logísticos suficientes, por parte das autoridades e entidades competentes, para garantirem uma resposta sustentada a uma catástrofe que assuma um impacto disruptivo

no quotidiano das cidades deve ser visto como uma oportunidade e não como uma ameaça. Não devemos perpetuar a ideia de que, perante 8.600 ocorrências em 48 horas, como aconteceu com a Depressão Martinho (março de 2025), conseguimos alcançar a eficiência desejada na salvaguarda de todas as pessoas, animais e bens.

Portugal tem, sem dúvida, um nível de solidariedade relevante em situações de resposta e recuperação após catástrofes. Existem vários exemplos de mobilização da população para o apoio às comunidades afetadas. Mas, por outro lado, faltam-nos mais diálogo e capacidade para consolidarmos as soluções que se impõem, para que a cultura de prevenção e de planeamento se instale no quotidiano. A falha de energia que afetou a Península Ibérica em 28 de abril de 2025 é demonstrativa disso mesmo, tendo evidenciado inúmeras debilidades das estruturas locais e nacionais na garantia da segurança, do socorro e da saúde das populações, assim como, do ponto de vista individual, a incapacidade de termos acautelado a satisfação das nossas necessidades básicas numa situação disruptiva.

O imprevisível e o inevitável devem ser assumidos como um cenário real no que à catástrofe diz respeito. E, para enfrentar esse cenário, devemos apostar rapidamente em dois princípios: o da comunicação clara e efetiva dos riscos existentes e potenciais à população, para que seja percetível por todos que a responsabilidade pela preparação, resposta e recuperação perante uma catástrofe deve ser partilhada; e o da capacitação da população para cenários de exceção, através das dimensões do ensino e do associativismo, contextos em que existem as condições e o tempo para o diálogo, a reflexão e a implementação de programas e/ou projetos nas áreas do suporte básico de vida e do planeamento de emergência familiar. Uma população informada e capacitada garantirá um nível de resiliência superior, do ponto de vista individual e coletivo. E é nisso que devemos estar todos apostados em conseguir!



ANÁLISE

# CHEIAS: O VERDADEIRO RISCO COMEÇA QUANDO OS SISTEMAS FALHAM

**Ricardo Pires**
Enfermeiro, mestre em Enfermagem Médico-Cirúrgica na área de Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica.

Uma cheia não se mede apenas pelos metros de água que invadem ruas e edifícios. Mede-se também pelo que deixa de funcionar: hospitais sem energia, comunicações interrompidas, estradas intransitáveis, abastecimento de água comprometido e pessoas isoladas precisamente quando mais precisam de ajuda. É por isso que defendo que as cheias devem ser tratadas como um risco sistémico, e não apenas como uma emergência hidrológica.

Esta reflexão ganhou particular força depois de assistir, no âmbito do curso Medical Response to Major Incidents (MRMI), a uma intervenção do Dr. António Marques sobre as cheias. Saí com uma pergunta que considero incontornável: estamos realmente preparados para uma inundação que afete, ao mesmo tempo, as infraestruturas essenciais e a própria capacidade de resposta da proteção civil?

**O problema não termina na zona inundada**

O impacto de uma cheia pode propagar-se muito para além do território submerso. Uma falha de eletricidade pode afetar telecomunicações, equipamentos de saúde e sistemas de bombagem; uma estrada cortada pode impedir o acesso de equipas de socorro e interromper o fornecimento de bens essenciais. São efeitos em cascata que tornam insuficiente uma avaliação baseada apenas na área inundada ou nos danos materiais visíveis. A Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos, publicada pela Agência Europeia do Ambiente em 2024, reforça a importância de olhar para estas interdependências. Na minha perspetiva, esse olhar deve passar a orientar mais diretamente o planeamento de emergência em Portugal: não basta saber onde a água pode chegar; é necessário compreender o que acontece quando um serviço falha e arrasta outros consigo.

**Preparação não é apenas ter meios disponíveis**

Portugal tem experiência operacional e estruturas de proteção civil consolidadas. Mas prontidão para mobilizar meios, capacidade para manter a operação e resiliência institucional não são a mesma coisa. Uma organização pode dispor de equipas treinadas e, ainda assim, ficar condicionada se o seu quartel, centro de coordenação, rede de comunicações ou acesso rodoviário forem atingidos.

Precisamos de exercícios que coloquem estas fragilidades à prova: falhas simultâneas de energia e comunicações, escassez de recursos, dificuldades de evacuação e

operações prolongadas. A abordagem multidisciplinar e a simulação de incidentes complexos, valorizadas no MRMI, oferecem princípios úteis para testar a tomada de decisão em condições de incerteza. O objetivo não deve ser apenas verificar se um plano existe, mas perceber se funciona quando as condições deixam de ser favoráveis.

**A emergência passa; as consequências permanecem**

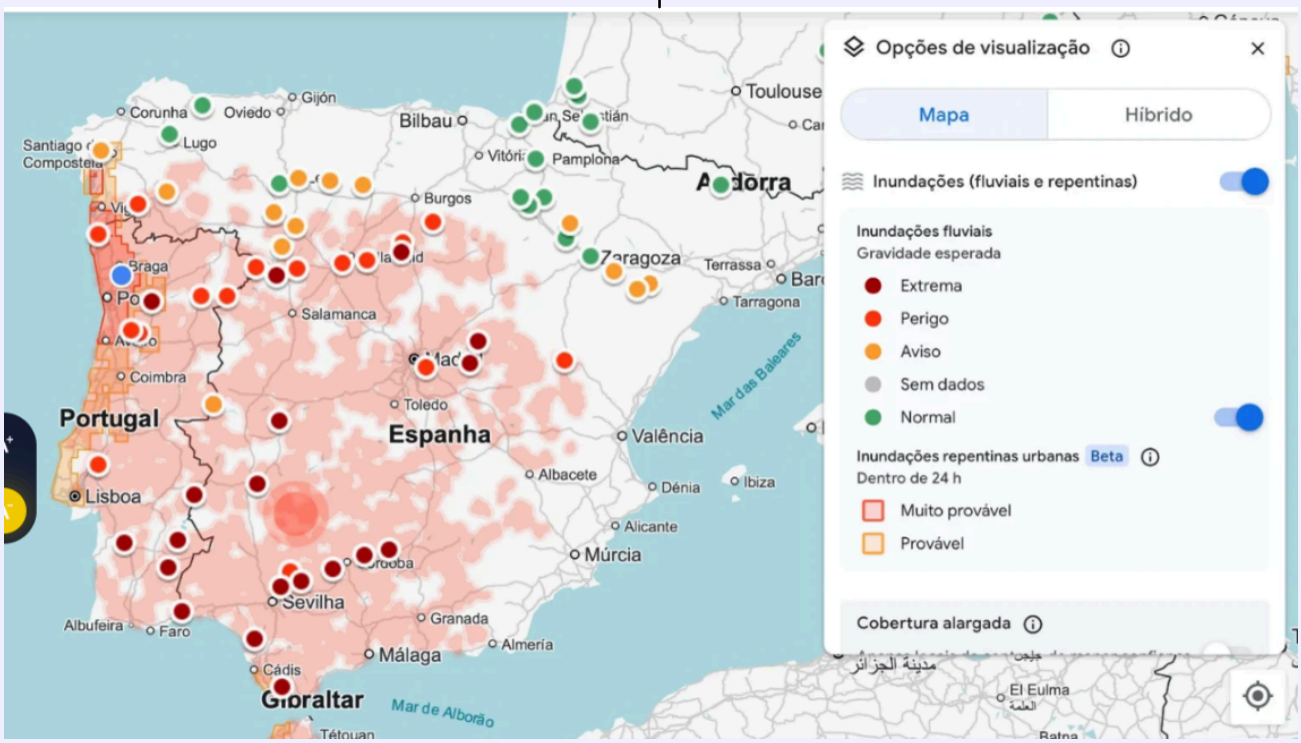
As cheias deixam marcas económicas, sociais e sanitárias que podem durar muito depois da retirada da água. Habitações danificadas, escolas encerradas, atividade económica interrompida, água contaminada e dificuldades no acesso a tratamentos afetam a recuperação das comunidades. Pessoas idosas, cidadãos com mobilidade condicionada, doentes crónicos e quem depende de equipamentos médicos ou de apoio social enfrentam riscos acrescidos.

Por isso, a resposta deve articular proteção civil, emergência médica, unidades de saúde, autoridades de saúde pública e instituições sociais. E o sucesso não pode ser medido apenas pela rapidez do socorro:

também importa saber quanto tempo demoramos a restabelecer condições de vida dignas e serviços essenciais.

**Aprender com outros países, agir no nosso território**

As cheias de 2021 na Alemanha e na Bélgica evidenciaram a importância de transformar alertas em decisões e ações de proteção. Nos Países Baixos, o programa Room for the River mostra que dar espaço aos rios pode complementar as obras de contenção e exigir escolhas de ordenamento territorial. O Reino Unido oferece experiências de preparação local e comunicação do risco; o Japão



demonstra o valor de exercícios regulares e de uma cultura de prevenção.

Nenhuma destas soluções pode ser importada sem adaptação. Mas todas apontam na mesma direção: a resiliência constrói-se antes da emergência, envolvendo instituições, conhecimento técnico e cidadãos.

**Da reflexão à decisão**

- Considero prioritário avançar em seis frentes: avaliar os riscos em cascata entre infraestruturas críticas;
- garantir planos alternativos de comando, comunicações e logística; realizar exercícios conjuntos com falhas simultâneas;
- integrar o risco de inundação no ordenamento do território; reforçar a literacia e a preparação das comunidades;
- e transformar as lições de cada ocorrência ou exercício em medidas concretas, com responsáveis, prazos e acompanhamento.

Não se trata de criar estruturas paralelas ou multiplicar documentos. Trata-se de tornar os instrumentos existentes mais exigentes, articulados e verificáveis. A pergunta decisiva deixa de ser «temos um plano?» e passa a ser «conseguimos manter as funções essenciais quando várias partes do sistema falham ao mesmo tempo?».

A próxima cheia será também um teste à nossa capacidade de aprender. Se continuarmos a pensar sobretudo na resposta imediata, arriscamo-nos a repetir vulnerabilidades conhecidas. Preparar verdadeiramente o país significa reduzir a exposição ao risco, proteger os mais vulneráveis e garantir que instituições e comunidades conseguem resistir, adaptar-se e recuperar.



# CARTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (COS) 2025: MAIS INFORMAÇÃO PARA CONHECER O TERRITÓRIO




A Direção-Geral do Território (DGT) disponibilizou a primeira versão da Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para o ano de referência de 2025 (COS2025v1). A nova edição introduz melhorias no detalhe geométrico, uma nomenclatura alargada e uma metodologia de produção mais eficiente, reforçando a informação disponível para o conhecimento, o planeamento e a monitorização do território.

Em simultâneo, a DGT atualizou o visualizador online COScid, que permite explorar os dados da COS de forma simples e interativa, incluindo a análise das alterações do uso e ocupação do solo entre 2018 e 2025.

**Uma representação mais detalhada do território**

A Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) constitui a cartografia de referência nacional para a caracterização estrutural do uso e ocupação do solo. Produzida em formato vetorial, divide o território continental em unidades de paisagem, classificadas segundo uma nomenclatura hierárquica.

A COS2025 introduz novas especificações técnicas na Série 2 desta cartografia. A nomenclatura passou de 93 para 102 classes e a Unidade Mínima Cartográfica (UMC) foi reduzida de 1 hectare para 0,5 hectares, permitindo representar com maior detalhe os

diferentes usos e ocupações do território.
A cartografia mantém uma escala equivalente a 1:25 000 e uma distância mínima entre linhas de 20 metros.
Estas alterações resultam de um trabalho desenvolvido pela DGT em estreita articulação com as entidades representadas na Comissão Nacional do Território (CNT), através de um grupo de trabalho dedicado à COS.

**Novas metodologias de produção e recurso à inteligência artificial**

A COS2025 consolida a modernização dos processos de produção de informação geográfica, através da utilização sistemática de bases de dados administrativas e de conjuntos de dados geográficos obtidos por processamento automático de imagens de satélite, com recurso a técnicas de inteligência artificial.
Entre as fontes utilizadas destacam-se o Sistema de Identificação Parcelar (SIP) e a cartografia dos projetos abrangidos pelo Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR).
Os resultados são posteriormente validados e ajustados através da interpretação visual de ortoimagens, conjugando a automatização de processos com o controlo técnico da informação produzida.
Esta abordagem permite reduzir os tempos de produção, melhorar a coerência da informação territorial e reforçar a interoperabilidade entre diferentes bases de dados da Administração Pública, nomeadamente a COS, o SIP, o Inventário Florestal Nacional (IFN) e a informação relativa às ações de arborização e rearborização.

**Analisar as alterações do território entre 2018 e 2025**

Uma das principais vantagens da nova edição é a possibilidade de identificar e analisar as alterações do uso e ocupação do solo ocorridas entre 2018 e 2025.
Para assegurar a comparabilidade dos dados, as novas especificações técnicas foram aplicadas à quarta versão da COS2018 (COS2018v4) e à primeira versão da COS2025 (COS2025v1).
Nesta fase, apenas estas duas versões são diretamente comparáveis. As restantes edições da Série 2 ainda não foram adaptadas às novas especificações, não devendo igualmente ser realizadas comparações entre cartografias pertencentes a séries distintas, devido às diferenças nos conceitos de classificação, na nomenclatura e no detalhe geométrico.
A DGT prevê aplicar progressivamente as novas especificações às restantes edições, promovendo a harmonização da informação cartográfica e a sua utilização em análises temporais.

**COScid atualizado: mapas, estatísticas e relatórios acessíveis a todos**

A atualização do visualizador COScid constitui outro avanço na disponibilização pública da informação sobre o uso e ocupação do solo.
A plataforma integra agora a informação de 2018 e 2025, permitindo explorar as transformações do território através de mapas interativos, gráficos, tabelas e relatórios.

**Direção Geral do Território**

# BAIÃO RECEBE A RURDYNAMIX 2026

De 26 a 29 de novembro, realiza-se em Baião a RURDYNAMIX 2026 – IV International Conference on Rural Dynamics, Resilience and Innovation, cuja comissão organizadora é presidida pelo nosso associado Diogo Miguel Pinto.

Do programa constam várias sessões de particular interesse para todos os que trabalham nas áreas da Proteção Civil, da gestão do risco, dos incêndios rurais e da resiliência territorial.

Destacamos as seguintes:

27 de novembro (sexta-feira)

09h00 – Workshop Co-creating Resilient Rural Landscapes: Connecting Science, Innovation & Communities.

11h45 – Conferência de Michele Salis (CNR-IBE, Itália) sobre modelação da propagação e do comportamento dos incêndios rurais e planeamento de paisagens resilientes.

15h45 – Sessão científica Climate I – Agroforestry Risks, com comunicações sobre resiliência florestal, incêndios rurais e impactos na saúde das populações.

17h50 – Comunicação sobre planeamento de contingência e emergência para a Proteção Civil em Portugal.

28 de novembro (sábado)

09h00 – Sessão científica Climate III – Fire and Forests, com comunicações sobre incêndios extremos, governação local, calor extremo e implicações para a Proteção Civil.

11h45 – Comunicação sobre educação para a resiliência territorial, perceção do risco e preparação dos alunos.

O programa inclui ainda trabalhos sobre preparação comunitária para incêndios rurais, recuperação pós-incêndio e redução do risco de catástrofes.

Mais informações do Website da conferência https://rurdynamix.ruralmove.org

